



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019
RECIBO DE ACESSO AO EDITAL¹

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Razão Social: _____

CNPJ: nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Nome da Pessoa responsável para Contato: _____

Declaro que recebemos através do acesso à página www.montecarmelo.mg.gov.br, nesta data, cópia do Edital e seus anexos, da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

¹Senhor licitante:

Visando comunicação futura entre o setor de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o presente recibo de entrega do edital e seus anexos e remeter à Comissão de pregão por meio de Fax pelo fone (34)3842-5880, ou pelo e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br.

Iscleris Wagner Gonçalves Machado

Pregoeiro



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019
REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O Município de Monte Carmelo – MG, por meio do setor de Licitações, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 9001 de 15 de Janeiro de 2019, com autorização do Gestor do Departamento, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº.606 de 17 de Fevereiro de 2006, Decreto 452 de 02 de Junho de 2008, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 3.555/00, que Aprova o Regulamento para a Modalidade de Licitação Denominada Pregão, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que regulamenta o sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 1251 de 02 de Janeiro de 2014, que regulamenta as contratações pelo Sistema de Registro de Preços, no município de Monte Carmelo – MG, torna público aos interessados que no dia **05 de setembro de 2019 às 09:00 horas**, na Sala de Licitações, situada na Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, nesta cidade, estarão reunidos o Pregoeiro e sua Comissão de Apoio para proceder abertura dos envelopes contendo documentação e proposta orçamentária, para seleção de empresas visando o Registro de Preços, para futura e eventual **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, sendo a presente licitação do tipo "**Menor Preço por Item**".

Os interessados deverão protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 05 de setembro de 2019, no setor de Protocolos da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Avenida Olegário Maciel, 129, Primeiro Andar – Centro – Monte Carmelo – MG.

1 - Da Legislação Aplicável

1.1 - O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº.606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que



regulamenta o sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 1251 de 02 de Janeiro de 2014, que regulamenta as contratações pelo Sistema de Registro de Preços, no município de Monte Carmelo – MG e ainda no que couber pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

2 - Objeto da Licitação

2.1 - A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.**

3 - Do Credenciamento

3.1 - O Proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, venha a responder pela empresa licitante, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com foto.

3.1.1 - O Credenciamento far-se-á por meio da apresentação de 01(Um) dos seguintes documentos:

a) **Instrumento Público de Procuração, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.**

b) **Instrumento Particular, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - ANEXO III. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.**

c) **se o representante for Sócio ou Proprietário da empresa proponente, deverá apresentar cópia com autenticação do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.**

3.2 - **Para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) assim definidas, aquelas que se enquadram na Classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias; e ainda MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - ANEXO VI.**

3.3 - A empresa que não enviar representante, deverá apresentar uma cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa (com autenticação) fora dos envelopes de Habilitação e Propostas. (Sob pena de Desclassificação).

04 – Do Preço



4.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

4.2 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação.

4.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, nos termos da legislação que rege a matéria;

4.4 - Só poderá haver revisão de preços para a equação econômico-financeira no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, após a assinatura da ata.

4.5 - O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.

05 – Do Registro de Preços

5.1 – Para efeitos do Registro de Preços, são adotadas as seguintes definições:

5.1.1 - Sistema de Registro de Preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

5.1.2 - Ata de Registro de Preços – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, detentores da ata, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

5.1.3 - Órgão Gerenciador – Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

5.1.4 - Órgão Participante – Órgão ou Entidade da Administração Pública, que participou da etapa preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços;

5.1.5 - Detentor da Ata – Licitante (s) vencedor (es) do certame na modalidade Concorrência ou Pregão, com preços registrados para futuros fornecimentos ou prestação de serviços.

5.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço, não poderá ser superior a 01(Um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

5.3 - Quando da prorrogação da validade da Ata de Registro, deverão ser observados os procedimentos previstos no artigo 57, parágrafo quarto, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

5.4 - Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivas propostas, obedecendo o disposto no artigo 57, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, podendo a formalização se dar na forma do §4º do artigo 62, do mesmo diploma.

5.4.1 - O preço registrado e a indicação dos respectivos Detentores da Ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 - Quando das contratações decorrentes de registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

5.4.3 - Ao preço e condições do primeiro colocado poderá ser registrado do licitante seguinte, obedecida a ordem de classificação obtida no certame licitatório e o disposto no artigo 64, da Lei 8.666/93;



5.5 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao Detentor da Ata a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.6 - Quando das efetivas contratações, a Administração promoverá verificação da compatibilidade do preço com o constante no artigo 16 do Decreto Municipal, “Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8666/93”.

5.7 - Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de Detentores a terem preços registrados, convocará os representantes para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.8 - Os preços registrados serão publicados na Imprensa oficial do município de Monte Carmelo e no sítio oficial www.montecarmelo.mg.gov.br, para orientação da Administração.

5.9 - A contratação com os Detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, observado o disposto no §2º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.10 - O Departamento de Licitações e Compras promoverá trimestralmente pesquisa de preços, visando verificar se os registrados são compatíveis com a dinâmica do mercado, devendo ser formalizado por escrito e anexado à Ata de Registro de Preços.

5.11 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.12 - O Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata.

5.13 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

5.13.1 - Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

5.13.2 - Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido, e

5.13.3 - Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação.

5.13.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

5.13.5 - Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.13.6 - Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;

5.13.7 - Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.14 - O Detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:

5.14.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



- 5.14.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.14.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- 5.14.4 - Tiver presentes razões de interesse público.
- 5.14.5 - O Cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.
- 5.14.6 - O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 5.15 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua validade, poderá ser utilizada por qualquer outro Órgão ou Entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada vantagem.
- 5.15.1 - Os Órgãos e Entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis Detentores da Ata e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 5.15.2 - Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observada as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento, não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 5.15.3 - Quando da manifestação da utilização pelo Órgão ou Entidade, o Órgão Gerenciador poderá permitir sua utilização a que se refere este artigo, desde que não exceda a 100% (Cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

06 – Do Valor Estimado

- 6.1 - O valor Total estimado para a presente contratação, que trata este Pregão para Registro de Preços é de R\$ 94.836,05 (Noventa e Quatro Mil Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Cinco Centavos), considerando a pesquisa de mercado de acordo com os orçamentos constantes nos autos do processo.
- 6.2 - As propostas de preços, contendo valores Unitários, acima do Estimado, conforme Anexo I – Termo de Referência, serão desclassificadas.

7 – Da Vistoria

- 7.1 – O licitante, poderá vistoriar as dependências da Prefeitura de Monte Carmelo, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições deste edital e grau de dificuldade existente, mediante prévio agendamento de horário até o 2º dia útil anterior à data da abertura da sessão deste Pregão, junto à Secretaria Municipal de Fazenda, pelo telefone (0xx34) 3842-5880, localizada na Avenida Olegário Maciel, 129, segundo andar – Centro, ou no setor de TI, pelo telefone (34) 3842-5661, tomando por base os itens constantes no Anexo I deste edital;
- 7.2 - Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.



8 - Da Proposta de Preços

8.1 - A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em envelope devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE I - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
PROCESSO: 92/2019
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS: 66/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ

8.2 - A proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com o Anexo II, e deverá conter os seguintes itens:

8.2.1 - Valor Global da Proposta;

8.2.2 - Valor Unitário por Item;

8.2.3 - Validade da Proposta 60 dias;

8.2.4 – Marca, somente para Material.

8.3 – Demais Condições da Proposta:

8.3.1 - Despesas inerentes a Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, correrão totalmente por conta da Empresa vencedora;

8.3.2 - Prazo de Vigência: O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços inicia-se na data de sua assinatura e vigorará por 12(Doze) meses;

8.3.4 - Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada etapa da prestação dos serviços ou entrega dos itens, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;

8.3.5 - Da prestação dos serviços e Entrega dos Itens: a prestação dos serviços e Entrega dos Itens será “Parcelada” de acordo com as necessidades do Município. O Prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, e para a prestação dos Serviços de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, emitido pelo município.

8.4 - Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

8.5 - Em caso de dúvida, favor entrar em contato por meio do Fone: 34-3842-5880, ou por e-mail, no endereço: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br



9 - Do Recebimento e Abertura dos Envelopes

9.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem como em seus Anexos, no local e horário já determinados.

9.2 - No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da Lei, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 3 deste Edital.

9.3 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

9.4 - Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

10 - Do Julgamento das Propostas

10.1 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o(s) autor(es) da(s) proposta(s) de Menor Preço por Item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor Preço, ou seja no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

10.2 - Caso não haja pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no subitem 10.1, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem o menor preço até o máximo de 03 (três), já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

10.3 - Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme subitem 10.2, a ordem de classificação para esses lances será definida através de sorteio, independentemente do número de licitantes.

10.3.1 - Os lances verbais serão iniciados pelo autor que apresentou o maior preço por Item para o item na proposta escrita e seguido pelos demais na ordem decrescente e deverá ser obrigatoriamente inferior ao menor preço fixado na proposta escrita.

10.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente à penalidade constante do item 20 deste Edital.

10.5 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a mesma será desclassificada.

10.6 - Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva de preços propostos documentalmente e ordenadas às ofertas para fornecimento do objeto definido neste Edital, exclusivamente pelo critério de Menor Preço por Item.

10.7 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor da primeira classificada por Item, decidindo motivadamente a respeito.

10.8 - Sendo aceitável a menor oferta de preço pelo Item, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

10.9 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor,



sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.10 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e reabrirá a disputa durante o período de até trinta minutos, até que seja apurada uma proposta que atenda aos interesses do município, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto.

10.11 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e os licitantes presentes.

10.12 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

10.13 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

10.14 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todos os licitantes habilitados serão convocados, nos termos do § 2º do art. 45 da lei 8.666/93.

10.15 - Em relação aos critérios de Desempate, considerando as prerrogativas legais pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, se for o caso, deverá ser observado o regulamento estabelecido nos itens seguintes deste edital:

10.15.1 - Encerrada a etapa de lances, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme a seguir:

10.15.2 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas, Empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual que se encontrem até 5% (Cinco por cento) superiores à primeira classificada desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.15.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 03 (três) minutos controlados pelo Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada;

10.15.4 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação que se enquadrem no subitem 10.15.2, para o exercício do mesmo direito;

10.15.5 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 10.15.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

10.15.6 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 10.15.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11 - Das Condições para Participação

11.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, **EXCLUSIVAMENTE** as empresas definidas como: Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), desde que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

11.2 - Não poderão participar deste Pregão:

11.2.1 - Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução,



liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

11.2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

11.2.3 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

11.2.4 - Cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo -MG.

11.3 - Estarão impedidas de participar desta licitação as empresas:

11.3.1 - Que apresentem mais de uma proposta para cada item específico.

11.4 - O licitante com cadastramento vencido poderá habilitar-se mediante comprovação de atendimento no ato da realização da sessão de habilitação, mediante a entrega de todos os documentos a que se refere o subitem 12.1.1 deste Edital.

11.5 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu (s) representante (s) legal (is), devidamente qualificado (s) e comprovado (s).

11.6 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

12 - Da Habilitação

12.1 - **O Envelope nº II "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"** deverá ser protocolado no local, dia e hora determinados, devidamente lacrados e rubricados no fecho, e conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE II - HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

PROCESSO: 92/2019

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS: 66/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

12.1.1 - O Envelope nº II "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverá conter os seguintes documentos:

12.1.1.1 Habilitação Jurídica, Fiscal e Declaração:

a) - Declaração de que não emprega menor, conforme modelo contido no Anexo V;

b) - Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; quando se tratar de empresa pública será apresentada cópia das leis que a



instituiu;

- c) - Cédula de Identidade dos sócios da empresa (RG);
- d) - Cadastro de Pessoas Físicas dos sócios da empresa (CPF);
- e) - Comprovante de Inscrição do CNPJ;
- f) - Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- g) - Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- h) - Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- i) - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;
- j) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- k) - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão atualizada, o que deverá ser de no máximo 90 (Noventa) dias corridos anteriores à data da licitação;

12.1.1.2 Qualificação Técnica para a Prestação dos Serviços²:

a) A empresa deverá apresentar um ou mais Atestado (s) ou (Declaração) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou por órgãos da administração direta ou indireta da União, Distrito Federal, Estados ou Municípios, em da Empresa, o qual comprove aptidão para desempenho das atividades ora licitadas e/ou similar.

12.2 - Disposições Gerais da Habilitação

12.2.1 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.2.2 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará o proponente INABILITADO.

12.2.3 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

12.2.4 - A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.2.5 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

13 - Da Impugnação do Ato Convocatório

²A apresentação de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, tem a finalidade de comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto deste certame, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo explicitamente instalações lógicas de cabeamento estruturado, a fim de evidenciar a capacidade de executar fielmente todo o projeto, instalando todo o material especificado, bem como providenciar a infraestrutura recomendada. Os atestados referir-se-ão a instalações já concluídos, aceito em papel timbrado do emitente, assinado pelo representante legal da empresa, devendo informar a data e o local da expedição e declarando que serviços foram realizados a contento.



13.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar por escrito contra o ato convocatório.

13.1.1 - A petição de impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser dirigida ao Pregoeiro e Protocolada no Setor Competente.

14 - Dos Recursos

14.1 - Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata, da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

14.2 - Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá àqueles que manifestarem a interesse de recorrer, prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, sob a responsabilidade do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

15 – Da Prestação dos Serviços

15.1 - Da prestação dos serviços e Entrega dos Itens: a prestação dos serviços e Entrega dos Itens será “Parcelada” de acordo com as necessidades do Município. O Prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, e para a prestação dos Serviços de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, emitido pelo Município. Os serviços bem como os materiais deverão ser entregues conforme as especificações deste Edital especificamente em observância ao anexo I, termo de referência.

16 - Do Contrato / Ata de Registro de Preços

16.1 - A contratação com os Detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, observado o disposto no §2º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 - O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até o recebimento definitivo do seu objeto, admitida a prorrogação nas hipóteses previstas no artigo 57, da Lei 8.666/93.

16.3 - Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

16.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

17 - Do Pagamento

17.1 - O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada etapa de entrega de material e prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte



Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

17.2 - Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação, na forma prevista no subitem 1.1 deste Edital.

18 - Dos Acréscimos e Supressões

18.1 - A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2º, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

19 - Do Reajustamento de Preços

19.1 - O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas nas Leis Federais 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

20 - Das Penalidades

20.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II - Multa, de 2% (dois) por cento ao mês sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (Dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

21 - Dos Recursos Orçamentários

21.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

22 - Das Disposições Gerais

22.1 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.2 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

22.3 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

22.4 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.5 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



22.6 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.7 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer motivo superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.8 - Fazem parte integrante do presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Credenciamento Específico;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação;

Anexo V - Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Enquadramento de ME e EPP;

Anexo VII - Minuta do Futuro Contrato.

Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços

22.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

22.10 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado do preâmbulo do presente edital.

22.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.12 - Aos casos omissos aplicar-se-á as demais disposições constantes da legislação vigente.

22.13 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o foro da Comarca de Monte Carmelo, com exclusão de qualquer outro.

Monte Carmelo /MG, 22 de agosto de 2019.

Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

Planilha de Descrição dos itens:

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário Máximo Permitido	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANÇAMENTO, CONECTORIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO EM CAT6 DE 92 PONTOS DE REDE; MONTAGEM DE INFRAESTRUTURA DE ELETRODUTO; INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE RACKS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS CABOS EM TODO O SITE E FIXAÇÃO DOS APS; FIXAÇÃO DOS APS NOS PONTOS CONFORME PROJETO SURVEY; INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE RACKS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS CABOS EM TODO O SITE.	1	SE	R\$ 31.600,00	R\$ 31.600,00
2	CABO UTP CAT6 S CX COM 305 MTS	14	CX	R\$ 833,33	R\$ 11.666,62
3	CABO DROP	100	MT	R\$ 3,00	R\$ 300,00
4	CONVERSOR DE FIBRA	2	PAR	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
5	KEYSTONE CAT6	40	PÇ	R\$ 40,00	R\$ 1.600,00
6	RJ 45 CAT6 50PCS	3	PCT	R\$ 266,56	R\$ 799,68
7	SWITCH HP 182-24G	6	PÇ	R\$ 1.621,33	R\$ 9.727,98
8	SWITCH 8P GIGA	14	PÇ	R\$ 208,33	R\$ 2.916,62
9	RACK 16U	3	PÇ	R\$ 639,67	R\$ 1.919,01
10	FRENTE FALSA 2U	20	PÇ	R\$ 28,33	R\$ 566,60
11	FRENTE FALSA 1U	30	PÇ	R\$ 20,00	R\$ 600,00
12	GUIA DE CABO	12	PÇ	R\$ 38,50	R\$ 462,00
13	PORCA GAIOLA C/ PARAFUSO	200	PÇ	R\$ 1,75	R\$ 350,00
14	RÉGUA DE TOMADA 12 TOMADAS P/ RACK	8	PÇ	R\$ 187,33	R\$ 1.498,64
15	TAMPA CEGA CONDULETE 1"	50	PÇ	R\$ 4,83	R\$ 241,50
16	TAMPA CEGA CONDULETE 3/4	120	PÇ	R\$ 2,85	R\$ 342,00
17	PATCH CORDE CAT6 2,5M	60	PÇ	R\$ 37,50	R\$ 2.250,00
18	BARRA DE TUBO 1" ZINCADO LEVE 3M	200	PÇ	R\$ 20,60	R\$ 4.120,00
19	BARRA DE TUBO 3/4 ZINCADO LEVE 3M	360	PÇ	R\$ 16,17	R\$ 5.821,20
20	ABRAÇADEIRA TIPO CUNHA 1	600	PÇ	R\$ 2,93	R\$ 1.758,00
21	ABRAÇADEIRA TIPO CUNHA 3/4	1050	PÇ	R\$ 2,53	R\$ 2.656,50
22	UNIDUTE RETO 1"	300	PÇ	R\$ 4,17	R\$ 1.251,00
23	UNIDUTE RETO 3/4	1100	PÇ	R\$ 4,18	R\$ 4.598,00
24	CONDULETE 1"	50	PÇ	R\$ 9,74	R\$ 487,00
25	CONDULETE 3/4	120	PÇ	R\$ 5,99	R\$ 718,80
26	CURVA EM S ZINCADA 1	30	PÇ	R\$ 10,35	R\$ 310,50
27	CURVA EM S ZINCADA 3/4	60	PÇ	R\$ 5,80	R\$ 348,00
28	CURVA ZINCADA 1"	30	PÇ	R\$ 9,43	R\$ 282,90
29	CURVA ZINCADA 3/4	60	PÇ	R\$ 4,07	R\$ 244,20
30	UNIDUTE 1"	60	PÇ	R\$ 3,02	R\$ 181,20
31	UNIDUTE 3/4	150	PÇ	R\$ 2,18	R\$ 327,00
32	FITA ISOLANTE 20M	30	PÇ	R\$ 10,37	R\$ 311,10
33	BUCHA 08	3000	PÇ	R\$ 0,53	R\$ 1.590,00
34	PARAFUSO 45X65 PHILIPS	3000	PÇ	R\$ 0,63	R\$ 1.890,00

1. OBJETO DA LICITAÇÃO



1.1 - Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - A estrutura de TI de uma organização é fundamental para a melhoria de processos administrativos e redução de custos operacionais. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura necessita de atualização tecnológica em sua infraestrutura, mais especificamente nas Escolas e Creches;

2.2 - Em suma, o cabeamento está defasado, danificado, alterado e não atende a quantidade de usuários, sendo necessárias medidas paliativas e emergenciais (que se tornam definitivas), que muitas vezes causam possíveis falhas de segurança no ambiente de TI dos referidos órgãos, indisponibilizando os serviços de TI para os ambientes afetados. Além de não oferecer suporte ao projeto de implantação de rede Wireless;

2.3 - Sendo assim, afigura-se premente a necessidade da contratação de empresa especializada para a substituição e ampliação da rede lógica;

2.4 - O Item 01(um), contempla a contratação de uma empresa especializada para execução de serviços de infraestrutura lógica e manipulação de fibra ótica conforme especificações presentes no edital;

2.5 - Os Itens 02(dois) ao 34(trinta e quatro), tem como intuito a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e manutências para finalizar o Projeto.

3. ESPECIFICAÇÃO

3.1 - Para a prestação dos serviços, objeto deste Certame, a Empresa Contratada deverá prestar os serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos;

3.2 – Dos Locais para Execução do Projeto

3.2.1 - A tabela abaixo, apresentam os endereços e a especificação dos serviços e serem prestados:

NOME	ENDEREÇO	PONTOS REDE	FIXAÇÃO APS
CEIM Alice Domiciano Montalvão	R. São Judas Tadeu, 75. Celso Bueno	01	01
CEIM Aristina Rocha	R. Madre Clara, 311. Santa Rita	01	01
CEIM Dona Maria Abadia Resende	R. Dourados, 571. Lambari	01	01
CEIM Judith Cardoso Naves	R. Nove, s/n. Triângulo	01	01
CEIM Maria Resende Faleiros	R. Valterson Pereira Bosi, 192. Sidônio Cardoso	01	01
CEIM Massilon Pinto da Rocha	Rua C, 800. Catulina II	01	01
CEIM Vovó Mirota	R. Goiás, 1211. Vila Nova	01	01
E. M. Francisco Campos	Av. Santa Rita, s/n. Santa Rita	13	06
E. M. Prefeito Alaor Soares Mundim	Comunidade de Gonçalves	06	03
E. M. Celso Bueno	R. São Carlos, 55. Celso Bueno	20	09
E. M. Madre Luiza Gonzaga	Comunidade de Tijuca	05	03
E. M. Maria Aparecida Brandão Vieira	Av. Santa Rita, 90. Santa Rita	15	08
E. M. Maria Leocádia Rosa	R. Marieta Honorato, s/n. Jardim Oriente	08	03



EMEI Armando do Prado Cortes	Rua J, 721. Catulina	08	03
EMEI José Gonçalves de Souza	R. Joaquim Flores da Silva, 468. Vila Nova	05	02
EMEI Solon Cardoso Naves	Av. Saudade, s/n. Vila Dourada	05	03

3.3 – Da Prestação dos Serviços:

3.3.1 - Para o projeto de instalações de telecomunicações, deverão existir as seguintes características técnicas, além de conformidade com as normas especificadas neste Termo de Referência. Toda a instalação deverá ser executada com esmero e bom acabamento; os condutores, condutos e equipamentos deverão ser cuidadosamente dispostos nas respectivas posições e firmemente ligados a estruturas de suporte e aos respectivos pertencentes, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa qualidade.

3.3.2 - Estas especificações definem o conceito para as instalações dentro de padrões de segurança, em obediência às normas técnicas nacionais e/ou internacionais, estabelecendo condições técnicas mínimas exigíveis, a fim de assegurar um bom desempenho, segurança na operação dos sistemas, economia, facilidade de manutenção, bem como flexibilidade de modificações futuras. Deverão ser empregados materiais de boa qualidade, de forma que a instalação obedeça ao que prescrevem as Normas Brasileiras, 3.3.3 - Normas Internacionais e os regulamentos das Concessionárias. Fica estabelecido que, havendo conflitos entre as especificações técnicas e a planilha de materiais, prevalecerão sempre as definições constantes nas especificações.

3.3.4 - Caberá à CONTRATADA desenvolver uma engenharia de campo específica para montagem destas instalações, assegurando todas as condições técnicas aqui estabelecidas. Os equipamentos e materiais a serem fornecidos deverão obrigatoriamente ser novos, de primeiro uso e em linha de produção.

3.4 - Normas e Práticas Complementares:

3.4.1 - A execução de serviços de instalações dos Sistemas eletrônicos deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

3.4.1.1 BNT NBR 14565; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705:2010; ISO/IEC 11801; ISO/IEC 24764; ANSI/TIA-568-C.0; ANSI/TIA-568-C.1; ANSI/TIA-568-C.3.

3.5 - Escopo do Projeto:

3.5.1 Lançamento, Conectorização, Identificação em Cat6 de 92 Pontos de Rede; Montagem de Infraestrutura de Eletroduto; Instalação e organização de RACKs para distribuição dos cabos em todo; Fixação dos APs nos pontos conforme projeto Survey; Instalação e organização de RACKs para distribuição dos cabos em todo o site.

3.6 – Generalidades:

3.6.1 A execução das obras deverá obedecer rigorosamente aos projetos, no que se referem aos desenhos e especificações, bem como, a todas as recomendações dos fabricantes dos materiais especificados e às normas brasileiras da ABNT;

3.6.2 A empresa será responsável por qualquer serviço executado em desacordo com o projeto, correndo por sua conta exclusiva a demolição e reconstrução dos mesmos;

3.6.3 Todas as medidas deverão ser conferidas no local. Em caso de dúvidas, estas deverão ser esclarecidas formalmente junta a Coordenação de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Monte Carmelo;



3.6.4 O proponente deverá adequar-se ao projeto, se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do presente Projeto, no que tange a planilha de matérias e especificações, nesse sentido a visita torna-se obrigatória.

3.7 Cabeamento:

3.7.1 O sistema de cabeamento estruturado deverá ser totalmente identificado, conforme classes da norma ANSI EIA/TIA 606: TR – Link Horizontal; Sistema de Aterramento; e Cabos Backbone. Tal identificação deverá ser feita com etiquetas resistentes à ação do tempo e umidade e com impressão por transferência térmica, devendo ser posicionadas sempre próximo das extremidades, no caso dos cabos UTP, ou próximo dos conectores, no caso dos blocos terminais;

3.7.2 A administração será feita através de Planilha de Ativação de Pontos, com o registro dos seguintes elementos: TR; Link Horizontal; Work Área; Usuário; Patch Cords; Portas /Switches; Portas Roteadores/Gateways; Patch Panels/Blocos Ramais Telefônicos; Números dos Ramais, sendo algumas destas informações de responsabilidade de terceiros e que deverão ser fornecidas para a empresa CONTRATADA;

3.7.3 A implementação do cabeamento estruturado deve ser feita com materiais de primeira linha, serviços de infraestrutura física e profissional adequada, além de um projeto que assegure à Prefeitura e aos seus usuários os requisitos necessários exigidos para uma performance segura, ágil e confiável na transmissão de dados e voz, proporcionando igualmente uma flexibilidade na topologia física para fazer frente às mudanças internas de pessoal, layout e de evoluções tecnológicas futuras que certamente virão.

3.8 Lançamento de Eletrodutos de PVC e Seus Acessórios:

3.8.1 Os eletrodutos terão origem na eletrocalha ou outro duto conforme o projeto e serão conectados a ela por meio de unidutes. Eles deverão ser fixados paralelamente ao piso a uma altura até 60 cm, salvo quando não for possível devido à rede elétrica ou outro fator, sendo que, nestes casos, o CTI determinará outra rota para o lançamento;

3.8.2 A ocupação dos eletrodutos deverá respeitar as quantidades máximas de cabos por eletroduto, de acordo com a categoria de cada cabo, observando as tabelas publicadas pelos fabricantes;

3.8.3 Os eletrodutos deverão ser fixados com buchas, abraçadeiras e parafusos em paredes ou bucha para divisórias. Em locais de curvas e cantos e quando necessário deve-se usar condutes de passagem. Além disso, para emendas dos eletrodutos deve-se usar luvas rosqueáveis;

3.8.4 Os eletrodutos e acessórios utilizados devem ser zincados. Deverão ser utilizados eletrodutos com medidas descritas na Lista de Material.

3.9 Instalação de Conduletes:

3.9.1 Os conduletes deverão ser de alumínio, com tampas, espelhos e suportes para conectores tipo tomada para instalação de pontos de acordo com a categoria do cabo instalado. Eles deverão ser fixados com 2 (dois) parafusos e buchas, com tampa cega, no caso de passagem, e com tampa e suporte apropriado para conectores tipo tomada na mesma categoria do cabo lançado. As buchas utilizadas deverão ser do padrão S8 e os parafusos, auto atarrachante para bucha S8;

3.9.2 As medidas dos conduletes e luvas deverão seguir as especificações descritas na Lista de Material.

3.10 Lançamento de Cabos PAR Trançado:



3.10.1 O lançamento do cabo de par trançado terá início no rack, onde se encontra o patch panel, e se estenderá até o local de instalação do ponto. Na extremidade onde está localizado o rack, será preciso deixar uma sobra de cabo suficiente para se efetuar a ligação ao patch panel e, na extremidade onde se localiza o ponto, também será preciso deixar uma sobra de cabo para efetuar a ligação do ponto ao conector tipo tomada; deverão ser utilizados os cabos das categorias descritas na Lista de Material. A ocupação do eletroduto deverá seguir as recomendações técnicas de Normas bem como recomendações do Fabricante.

3.11 Identificação de pontos de Rede e Cabos:

3.11.1 Pontos de Rede e Cabos: A identificação será feita por adesivo autocolante fixado nas duas extremidades do cabo (lado do “patch panel” e lado do condutele) sendo que na área para escrita da identificação deverá ter no mínimo 1,3 x 2,0 cm, contendo a numeração única e padrão determinados pelo CTI. A tampa do condutele final deverá receber a mesma numeração com a fixação de adesivo autocolante. O mesmo vale para o “patch panel” - vista frontal;

3.11.2 Conectorização de Ponto: A conectorização é composta pela crimpagem de cabos, instalação do patch panels e guia de cabos e instalação de Patch Cord;

3.11.3 Crimpagem de Cabos: A crimpagem dos cabos aos conectores deve ser feita com ferramentas apropriadas, para cada categoria de cabo lançado. Na extremidade do concentrador de rede, deve-se conectorizar uma porta de um patch panel instalado no local;

3.11.4 Não havendo porta disponível nos patches panels existentes, um novo conjunto de patch panel e guias cabo, deverão ser instalados no rack, de acordo com a categoria definida pelo CTI e o padrão de organização do rack;

3.11.5 Na extremidade do ponto, deve-se utilizar um conector tipo tomada, padrão EIA/TIA 568 A, de acordo com a categoria utilizada no cabo;

3.11.6 Instalação de Patch Cord: A cada ponto novo instalado, será instalado no rack um cordão de manobra e outro será entregue a equipe do CTI, ambos da mesma categoria do ponto, os tamanhos serão definidos pelo CTI;

3.11.7 A instalação do cordão de manobra no rack, deve conectorizar o patch panel e o equipamento ativo de rede, ou patch panel de voz, seguindo o padrão de organização e a identificação existente no rack;

3.11.8 Instalação de Patch Panel e Guias de Cabos: Quando não houver porta de patch panel livre para instalação de um ponto, um novo patch panel da mesma categoria dos pontos e um guia de cabos, deverá ser instalado no rack;

3.11.9 Deverá ser instalado 1 guia de cabos para cada 24 portas de equipamento ativo de rede, de acordo com o padrão definido pelo CTI.

3.12 Instalação de Guias de Cabos:

3.12.1 A empresa deverá seguir o padrão definido pelo CTI e pelo fabricante.

3.13 Fixação dos APS:

3.13.1 A empresa deverá seguir o padrão definido pelo CTI e pelo fabricante.

3.14 Limpeza da Obra e Entrega dos Serviços:

3.14.1 A presente obra somente será dada como entregue após a finalização de todos os serviços previstos e solicitados, no memorial descritivo. Todas as obras civis que por ventura sejam necessárias



para execução dos serviços como rasgos na alvenaria, forros, lajes e pisos, restauração e limpeza destes será responsabilidade da Contratada;

3.14.2 Todos os materiais, entulhos, lixos, pedaços de cabos, caixas, papelões, que não forem mais utilizados, devem ser retirados da obra e levados para local apropriado a ser definido pela fiscalização. O responsável pelo TI realizará a inspeção final dos Itens para confirmar se todos os requisitos da documentação de compra, normas técnicas aplicáveis e os procedimentos aqui descritos foram devidamente cumpridos.

3.15 Da Especificação dos Materiais:

3.15.1 **O Cabo U/UTP Categoria 6 CM deverá:** Atender às especificações da norma ABNT NBR 14565; Atender e Exceder as especificações da norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2.1 para categoria 6, sendo especificados e testados em frequência de até 1000MHz; Atender à especificação ISO/IEC 11801; Possuir classe de flamabilidade CM. Esta informação deverá estar impressa na capa do cabo; Possuir certificação UL; Possuir certificado Delta EC Verified, atestando o cabo de acordo com as normas ISO/IEC 11801 2nd edition:2002, IEC61156-5:edition 2.0 2009-02, ISO/IEC amendment 2:2010, EN50173:2007 e ANSI/TIA-568-C.2; Possuir certificado ETL verified; Possuir certificado de canal ETL Verified para 6 conexões; Possuir certificação Anatel, conforme divulgação pública no site www.anatel.gov.br; Possuir testes comprobatórios das principais características elétricas em transmissão de altas velocidades, como SRL, RL, Atenuação, NEXT, PSNEXT, ELFEXT, PSELFEXT, ACR, Impedância, PS-ACR, Velocidade de Propagação (Vel.Prop.), Prop. Delay, LCL/TCL, ELTCTL, para frequências de 1, 4, 10, 16, 20, 31,25, 62,5, 100, 155, 200, 250, 350, 400, 500, 550, 600, 700, 800 e 1000 MHz, com a apresentação dos resultados em catálogo; Suportar aplicações de transmissão de dados em alta velocidade, incluindo: Ethernet 100 Base TX, 1000 Base T, 1000 Base TX, ATM 155 Mbps, ATM 622 Mbps, FDDI/CDDI 100 Mbps, 100 Base VG; Ser composto por condutores de cobre nu recozido de 0,56mm (24AWG) de diâmetro nominal, isolados com polietileno sólido. Os condutores são torcidos em pares e reunidos formando o núcleo de 4 pares com um separador interno, denominado crossfiller, que mantém os pares equidistantes melhorando os requisitos elétricos para transmissão em alta velocidade. Sobre o núcleo, é aplicado por extrusão uma capa de PVC retardante à chama; Possuir diâmetro externo nominal reduzido, circular, e máximo de 5,40mm; Ter peso máximo nominal do cabo de 35 Kg/Km; Suportar carga máxima de tração na instalação de 110N; Deverá possuir raio mínimo de curvatura de 21,6mm; Ser fornecido em caixas de 305 metros; Possuir capacidade de gravação sequencial métrica na capa do cabo de forma crescente, dependendo da necessidade da instalação; Possuir impressão no cabo para eventual necessidade de rastreabilidade com nome do fabricante, marca do produto e dados de fabricação; Possuir capa externa em PVC não propagante à chama, com possibilidade de fabricação em diversas cores, dependendo do fornecimento; Atender ao código de cores T568A e ou T568B; Suportar temperatura de operação de -10°C a +60°C; Suportar temperatura de instalação de 0°C a +50°C; Estar disponível nas cores cinza, azul e vermelho, e sob consulta em outras cores; Ser fornecido na cor azul; Estar disponível em outras classes de chama, sob consulta; Deve possuir 4 pares trançados de 24AWG; Atender ao padrão de cores Azul/Branco, Laranja/ Branco, Verde/Branco, Marrom/Branco, quanto à isolamento dos pares; Ser parte do sistema a ser garantido pelo fabricante por 25 anos, se instalado por empresa credenciada e obedecendo ao programa de garantia do fabricante em todos os seus requisitos; Atender à Diretiva RoHS.

3.15.2 **Conector RJ45 fêmea não blindado – Categoria 6 / Tipo keystone Jack – usa Punchdown:** O Conector RJ45 fêmea não blindado – Categoria 6 / Tipo keystone Jack – usa Punchdown – deverá:



Exceder as especificações da norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2.1; Possuir oito contatos de terminação tipo IDC para condutores sólidos entre 22 a 26 AWG com capa plástica para proteção dos mesmos; A capa protetora deverá ser em PBT PA-66 de alto impacto, UL94V-0, 25% fibra de vidro; Possuir contatos de bronze fosforoso 51000W, revestido de 50 u" de ouro sobre uma camada de 100 u" de níquel; Possuir corpo em termoplástico de ABS de alto impacto não propagante à chama atendendo à norma UL94V-0; Possuir certificado UL Listed; Possuir certificado de canal ETL Verified para 6 conexões; Possuir disponibilidade de fabricação em diversas cores, dependendo do fornecimento; Estar disponível na versão com janela; Possuir a marca do fabricante impressa no corpo do conector; Possuir a identificação da Categoria 6 impressa no corpo do conector, atender à Diretiva RoHS; Possuir vida útil igual ou superior a 1000 ciclos mínimos de inserção do plug RJ45; Possuir força de retenção do plug mínimo de 133N; Atender as terminações T568A e ou T568B; Possuir durabilidade de no mínimo 200 ciclos de terminação; Permitir a inserção de condutores sólidos de bitolas de 22 a 26 AWG para cabos sólidos, e 24 AWG para cabos flexíveis; Ser parte do sistema a ser garantido pelo fabricante por 25 anos, se instalado por empresa credenciada e obedecendo ao programa de garantia do fabricante em todos os seus requisitos; Suportar temperatura de operação de -10°C a +60°C; Suportar umidade relativa de 10% a 90%; Possuir resistência de isolamento de 500 MOhms; Suportar voltagem dielétrica de 1000 Volts; Suportar faixa DC de corrente de 1,5 Amperes; Possuir resistência DC de 0,1 ohms; Possuir resistência de contato de 20 mohs.

3.15.3 Patch Cord 4 pares – Cordão de Conexão – Categoria 6: O Patch Cord 4 pares – Cordão de Conexão – Categoria 6 deverá: Exceder as especificações da norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2.1 com apresentação da documentação comprobatória; Ser montado e testado em fábrica; Possuir certificação Anatel, conforme divulgação pública no site www.anatel.gov.br; Ter capas protetoras injetadas sobre os conectores na cor do cabo ou na cor preta, ou ainda ser do tipo "uniboot"; Possuir certificado UL Listed ; Possuir certificado de canal ETL Verified para 6 conexões; Possuir disponibilidade de fabricação em diversas cores, dependendo do fornecimento; Ser fornecido na cor azul; Ser confeccionado com cabos UTP flexíveis de 4 pares de bitola 24 AWG e capa de PVC não propagante à chama; Ser confeccionado com plug RJ45 (macho) categoria 6, nas duas extremidades; Possuir impedância característica de 100 Ohms; Atender à Diretiva RoHS; Suportar temperatura de operação de -10°C a +60°C; Ser parte do sistema a ser garantido pelo fabricante por 25 anos, se instalado por empresa credenciada e obedecendo ao programa de garantia do fabricante em todos os seus requisitos; Possuir classe de flamabilidade mínima CM ou LSZH dependendo do fornecimento; No caso de capa CM, deverá atender à IEC 60332-3 comprovada em catálogo.

3.15.4 Guia de Cabo: Deverá ser confeccionada em aço SAE 1010 de 0,90mm, com acabamento em epóxi texturizado bege, preto ou grafite. Tampa em aço SAE 1010 de 0,90mm, com sistema de travamento, e acabamento em epóxi texturizado preto, deverá ser padrão 19".

3.15.5 Frente Falsa: Estrutura em aço SAE 1010 de 0,90mm, acabamento em pintura eletrostática texturizada preto, deverá ser padrão 19.

3.15.6 Rack Parede 16u: Rack servidor padrão 19" preto, confeccionados em aço sae 1020, Porta em ps cristal e fecho com duas chaves, Laterais removíveis com aletas de respiração e fecho simples, Abertura inferior para passagem de cabos, plano de fixação com furação de 1/2 u, Pintura epoxi pó texturizada alta durabilidade, furação inferior para 2 coolers, Medidas e peso Altura = 0,83 cm / largura = 0,53 cm / profundidade 0,57 cm 25 kgs.



3.15.7 Régua de tomada para Rack: Quantidade de Tomadas: 12 tomadas; Produto: Régua para Rack, Tensão Elétrica: Bivolt - 127 / 220V, Fusível: 12ª, Frequência: 60-60Hz, Quantidade de Polos: 3 polos (s), Tipos de Polos: 2+Terra FNT (fase, neutro, terra), Tonalidade: Preto, Acabamento: Estrutura Metálica com pintura eletrostática com suporte para fixação, Cabo de entrada: 1,10 metros, certificado pelo INMETRO, Tomadas no novo padrão NBR14136, Chave liga / desliga e LED indicador de funcionamento.

3.15.8 Switch Gigabit 8 portas: Padrões e Protocolos IEEE 802.3i/802.3u/ 802.3ab/802.3x, Interface 8 Portas RJ45 10/100/1000Mbps, Auto Negociação / AUTO MDI / MDIX, Quantidade de Ventoinhas Sem Cooler, Consumo de Energia Máximo: 4.63W (220V/50Hz), Fonte de Alimentação Externa 100-240VAC, 50/60Hz, Jumbo Frame 15 KB, Capacidade de Comutament 16 Gbps, Dimensões (L X C X A) 7.1 * 3.5 * 1.0 Pol. (180 * 90 * 25.5 mm), Max Power Consumption 4.63W(220V/50Hz), Max Heat Dissipation 15.80BTU/h, Método de Transferência Armazena e Encaminha, Tabela de MAC Address 8K, Funções Avançadas Tecnologia Green TP-Link, 802.3X Flow Control, Back Pressure, 802.1p/DSCP QoS (para V7 e versões anteriores);

3.15.9 Switch Gigabit 24 portas: Switches de camada 2 de gerenciamento inteligente com 24 portas 10/100/1000 e 2 portas SFP 100/1000; Portas (24) portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática e (2) portas SFP 100/1000 Mbps; Suporta no máximo 24 portas 10/100/1000 com detecção automática, mais 2 portas SFP; Memória e processador ARM Cortex-A9 a 400 MHz e SDRAM de 128 MB; Tamanho do buffer de pacotes: 1,5 MB e 16 MB de flash; Latência de 100 Mb: < 7 µs e latência de 1000 Mb: < 2 µs; Capacidade de produção até 38,6 Mpps; Capacidade de routing/switching 104 Gbps, máximo, dependendo da configuração; Capacidade de Switching 52 Gbps; Switch plug-and-play; Características de gestão Navegador Web.

3.15.10 Conversor de Fibra Ótica: Padrões e Protocolos IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z, IEEE 802.3x; Funções Básicas Controle de Fluxo Full Duplex (IEEE 802.3x); Estende a distância da fibra em até 0,5 quilômetros utilizando fibra 50/125µm; Portas 1 porta Gigabit SFP; 1 porta RJ45 10/100/1000M (Auto MDI / MDIX); Comprimento da Onda Depende do modulo SFP utilizado; Network Media 1000BASE-X Módulo SFP Multi Modo / Modo único; Network Media 1000BASE-T Cabo UTP categoria 5, 5e, 6 (máximo 100m); EIA/TIA-568 100Ω STP (máximo 100m); Indicadores LED LIGADO, LINK, RX; Dimensões (L*C*A) 3,7 * 2,9 * 1,1 pol. (94,5 * 73,0 * 27,0 mm); Fonte de Energia; Adaptador de Alimentação Externa; Consumo de Energia Máximo 3.95W; Segurança e Emissão FCC, CE; Ambiente Temperatura de Operação: 0 °C ~ 40 °C (32 °F ~ 104 °F); Temperatura de armazenamento: -40 °C ~ 70 °C (-40 °F ~ 158 °F); Umidade de Operação: 10% ~ 90% sem condensação; Umidade de armazenamento: 5% ~ 90% sem condensação.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A Empresa deverá atender as normas e regulamentações técnicas exigidas por lei, e por este Edital, sendo que os serviços considerados inadequados, de inferior qualidade ou não atenderem às exigibilidades, serão recusados e devolvidos e o pagamento cancelado;

4.2 A empresa contratada deverá apresentar Atestado (Declaração) de Capacidade Técnica, a fim de comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto desse projeto, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo explicitamente instalações lógicas de cabeamento estruturado, a fim de evidenciar a capacidade de executar fielmente todo o projeto,



fornecendo e instalando todo o material especificado, bem como providenciar a infraestrutura recomendada;

4.2.1 Os atestados referir-se-ão a instalações já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido feita para ser executado em prazo inferior, apenas aceito em papel timbrado do emitente, assinado pelo representante legal da empresa, devendo informar a data e o local da expedição e declarando que serviços foram ou estão sendo realizados a contento.

5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1 - Só serão aceitos os itens e serviços, que estiverem de acordo com as especificações exigidas pelos órgãos de Fiscalização do Município e pelas Secretarias Municipais.

6. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

6.1 - As Secretaria Solicitante, o Almoxarifado Central, setores de TI e o Setor de Licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, através de servidores credenciados, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação dos serviços licitados.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO/ ATA

7.1 - A execução do Contrato/ Ata de Registro de Preços iniciará na data de sua assinatura e vigorará por 12 meses. O Prazo para assinatura do Contrato/ Ata pela empresa vencedora será de no máximo 05 (Cinco) dias após a emissão do Contrato.

8. VALOR/ FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada dos serviços prestados, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/FORNECEDOR

9.1 - Cabe ao contratado prestar os serviços, objeto desta licitação, conforme a descrição neste Edital e seus anexos.

Monte Carmelo /MG, 22 de agosto de 2019.

Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

1 - Itens Obrigatórios na Proposta de Preços:

1.1 - Valor Global da Proposta;

1.2 - Valor unitário por item;

1.3 - Validade da Proposta 60 dias;

1.4 - Marca dos Materiais;

1.5- Planilha de descrição dos itens:

Item	Un	Qtd.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total do Item
Valor Total da Proposta						

2 - Demais Condições da Proposta:

2.1 - Despesas inerentes a impostos, tributos, frete, contratação de pessoal, inclusive carga e descarga dos itens correrão totalmente por conta da Empresa Contratada;

2.2 - O Prazo de Vigência do Contrato/ Ata de Registro de Preços, inicia-se na data de sua assinatura e vigorará por 12(Doze) meses;

2.3 - Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada entrega dos itens e serviços licitados, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;

2.4 - Da Entrega do objeto licitado: A entrega dos itens e a prestação dos serviços, será “Parcelada” de acordo com as necessidades do Município. O Prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, e para a prestação dos Serviços de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, emitido pelo município;

2.5 - Local da Entrega:

2.5.1 Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado à Avenida Dona Clara, 647 – Centro – Monte Carmelo – MG, ou qualquer outro local indicado por ele.

2.5.2 Os serviços serão prestados, nos locais, conforme relacionados no item 3.2.1 do anexo I (termo de referência)



3 - Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

3.1 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

_____/____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa/ Nº CNPJ
Representante Legal



ANEXO III
CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

Pela presente a Empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, outorga ao Sr. _____, CPF: _____, amplos poderes para representá-la junto à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, no processo licitatório acima identificado, inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações e responder administrativamente e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

_____, _____, de _____ de 2019.

Representante legal
CPF



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

A empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

_____, _____, de _____ de 2019.

Representante legal
CPF



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

A empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (Dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (Dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, _____, de _____ de 2019.

Representante legal
CPF



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa:
_____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____,

está enquadrada como _____ (Microempresa/ EPP), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

_____, _____, de _____ de 2019.

Representante legal
CPF



ANEXO VII
MINUTA DO FUTURO CONTRATO

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

Instrumento Contratual para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a empresa.....

Celebram o Município de Monte Carmelo - MG e a empresa..... Pelo presente instrumento, que entre si celebram o município de Monte Carmelo, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas nº 272, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.593.103/0001-78, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, o Sr. Paulo Rodrigues Rocha, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº _____._____._____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., sediada na cidade de..... à, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF/MF sob o nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **contratada**, convencionam a **Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

2.6 - O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão Presencial – Registro de Preços nº 66/2019, homologada em....., do tipo Menor Preço por Item, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº.606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que regulamenta o sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 1251 de 02 de Janeiro de 2014, que regulamenta as contratações pelo Sistema de Registro de Preços, no município de Monte



Carmelo – MG.

2.7 - Os Casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto nas Leis supramencionadas e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.

2.8 - Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão Presencial – Registro de Preços nº 66/2019, a teor do artigo 55, inciso XI, da Lei 8.666/93.

2.9 - Integram o presente Contrato, o respectivo Processo sob o nº 92/2019.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Constitui-se objeto deste instrumento a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, atendendo a discriminação contida no Termo de Referência - Anexo I do presente Edital.

Cláusula Terceira - Normas de Execução

3.1 - **A CONTRATADA** obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

1 - Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 66/2019

2 - Proposta da Contratada

3 - Ata de Julgamento da Licitação

Cláusula Quarta - Preço e Forma de Pagamento

4.1 - PREÇO - O preço da presente contratação atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):

4.2 - VALOR GLOBAL - O valor global para a presente contratação é de R\$
(.....);

4.3 - FORMA DE PAGAMENTO - O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada etapa da Prestação dos Serviços ou Entrega dos Itens Licitados, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

Cláusula Quinta - Prazo de Vigência do Contrato

5.1 - O Prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e vigorará por 12(Doze) meses.

Cláusula Sexta - Recursos Orçamentários



6.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

Cláusula Sétima - Obrigações e Responsabilidades

7.1 - DA CONTRATADA:

7.1.1 - Promover a Prestação dos Serviços ou entrega dos itens licitados, homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

7.1.2 - Fornecer materiais novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estejam fora de linha de fabricação no ato da entrega;

7.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com as características e funcionamento dos equipamentos e também na compatibilidade com software de terceiros;

7.1.4 - Entregar, nos locais determinados pela CONTRATANTE, os equipamentos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos equipamentos, na forma e nos prazos estabelecidos;

7.1.5 - Garantir a reposição de peças durante o período da garantia;

Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do objeto;

7.1.6 - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da CONTRATANTE inerentes à execução do objeto;

7.1.7 - Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.8 - Emitir fatura no valor pactuado e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, apresentando-a à CONTRATANTE para pagamento;

7.1.9 - Substituir ou reparar os materiais e equipamentos que apresentarem defeitos durante o período de garantia, sem ônus para a CONTRATANTE;

7.1.10 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, (Art. 55, XIII).

7.2 - DA CONTRATANTE:

7.2.1 - Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecido na cláusula quarta.

7.2.2 - Proceder a conferência dos Itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no edital e anexos;

7.2.3 - Receber os objetos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;



7.2.4 - Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas, quando cabíveis, garantindo o contraditório e ampla defesa;

7.2.5 - Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

7.2.6 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Clausula oitava - Modificações e Aditamentos

8.1 - Qualquer modificação de forma qualidade, quantidade (redução ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinada pela CONTRATANTE através de aditamento, atendidas as disposições previstas na Lei 8.666 de 21/06/93.

Cláusula Nona - Das Penalidades

9.1 - Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes multas:

a) 2% (Dois por cento) sobre o valor global do contrato, se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O valor referente às multas será descontado no pagamento subsequente a que fizer jus a CONTRATADA.

SUBCLAÚSULA SEGUNDA - As multas acima mencionadas são independentes, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Cláusula Dez - Rescisão Contratual

10.1 - O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da CONTRATANTE, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666 de 21/06/93.

Clausula Onze - Dos Casos Omissos

11.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666 de 21/06/93 e, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

Clausula Doze - Do Foro

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo /MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

12.2 - E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.



Monte Carmelo/MG,..... de..... de 2019.

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

EMPRESA CONTRATADA

Razão social - CNPJ:
Nome do responsável legal - CPF:

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 92/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preços nº 66/2019

Edital nº: 66/2019

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Ao (s) dia (s) do mês de..... de 2019, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situada na avenida Olegário Maciel, 129 - centro, o Exmo. Secretário municipal de Fazenda Paulo Rodrigues Rocha, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº 606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que regulamenta o sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 1251 de 02 de Janeiro de 2014, que regulamenta as contratações pelo Sistema de Registro de Preços, no município de Monte Carmelo – MG e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 66/2019, por deliberação do Pregoeiro e Comissão de Apoio, Ata de Julgamento de Preços, e homologada pelo Secretário Municipal de Fazenda, **RESOLVE** Registrar Preços para futura e eventual **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, com as especificações, os quantitativos e os preços de referência, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificado no Anexo I deste Edital, que passa a fazer parte desta, tendo sido classificadas(s) a(s) Proposta(s) apresentada(s) pela(s) empresa(s), portadora do CNPJ/MF sob o nº, localizada à, nº, na cidade de, Estado de, CEP:, classificada(s) em primeiro(s) lugar(es) de acordo com resultado obtido na Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, anexa ao Processo, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

Esse termo está vinculado ao edital do Pregão Presencial par Registro de Preços n.º 66/2019, autorizado no processo licitatório n.º 92/2019 (art. 55, XI).



Fornecedor registrado em 1º lugar, vencedor do (s) produto (s) conforme resultado obtido na Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, anexa ao presente instrumento, com o valor total estimado de R\$..... (.....).

01 - DO OBJETO (ART. 55, I):

1.1 - A presente licitação tem como objeto, Registro de Preço para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação de Infraestrutura de Rede Lógica, e fornecimento de materiais, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**, por um período de 12 meses de forma estimativa. Com as especificações, os quantitativos e os preços de referência, conforme descrito no Anexo I, integrante deste edital.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado. Quando da prorrogação da validade da Ata de Registro, deverão ser observados os procedimentos previstos no artigo 57, parágrafo quarto, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

2.2 - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir o (s) produto (s) referido (s) nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

2.3 - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para contratação e aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

3.2 - Os Órgãos e Entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis Detentores da Ata e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.3 - Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observada as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento, não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.4 - Quando da manifestação da utilização pelo Órgão ou Entidade, o Órgão Gerenciador poderá permitir sua utilização a que se refere este artigo, desde que não exceda a 100% (Cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

04 - DO PREÇO (ART.55, III)

4.1 – O (s) preço (s) ofertado (s) pela (s) empresa (s) signatária (s) da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial 66/2019.



4.2 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto nº 1.087 de 13 de outubro de 2014, que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 66/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3 - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será de acordo com a Ata de Reunião de Julgamento de Propostas anexa ao Pregão Presencial nº 66/2019, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Em cada fornecimento, a entrega dos itens e a prestação dos serviços, será “Parcelada” de acordo com as necessidades do Município. O Prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, e para a prestação dos Serviços de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, emitido pelo município;

5.2 - O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será, de um dia útil da data da comunicação à empresa através do setor de compras.

5.3 – O Fornecimento dos itens e ou a Prestação dos Serviços pela empresa, deverá ser iniciado imediatamente após a emissão da ordem de fornecimento enviada pelo setor de compras.

06 - DO PAGAMENTO (ART.55, III)

6.1 – Contraprestação mensal, a medida do consumo.

6.2 - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, até 30 (Trinta) dias a contar da data em que for efetuado o recebimento definitivo pela unidade requisitante, e, emissão da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e visada pelos órgãos de fiscalização.

6.3 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá fornecer à Secretaria Municipal de Fazenda, o número de sua conta corrente bancária, agência e banco, para efeito de pagamento.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (art. 55, II)

7.1 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento, fica estabelecido que após gerado empenho aos produtos dele advindo não são passíveis de reequilíbrio.

7.2 - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu o presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo de ela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.4 - O (s) produto (s) deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado (s) da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.



7.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7.6 - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

08 - DAS PENALIDADES

8.1 - A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.

8.2 - A recusa injustificada, da detentora desta Ata, em retirar as ordens de fornecimento, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da sua emissão, poderá implicar na aplicação da multa de 100% (cem por cento) do valor do documento de empenhamento de recursos.

8.3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela nota de empenho, a Administração poderá aplicar à detentora da presente Ata a penalidade de dez por cento do valor remanescente da nota de empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato, ou de qualquer outra irregularidade.

8.4 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a ser efetuado à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata.

9.3 - Quando preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

9.4 - Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

9.5 - Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido, e

9.6 - Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação.

9.7 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

9.8 - Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

9.9 - Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;

9.10 - Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



10.1 – O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

10.2 – A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93.

11 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

11.2 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.3 – a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.4 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

11.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

11.6 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.8 – a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

11.9 - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

11.10 - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

11.11 - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 08 deste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

13 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

13.1 - A Contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante, a dotação orçamentária será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Integram e vinculam esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 66/2019 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, conforme Mapa de Apuração anexo ao presente instrumento. (Art. 55, XI)



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

14.2 - A Administração não está obrigada a adquirir os produtos cujos preços encontram-se registrados.

14.3 - Fica eleito o foro da comarca de Monte Carmelo - MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

14.4 - Os casos omissos, em caso de rescisão contratual, bem como à execução do contrato, serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal n.º 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito. (Art. 55, XII)

Monte Carmelo/MG, __ de _____ de 2019.

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

EMPRESA CONTRATADA

Razão social - CNPJ: - Endereço

Nome do responsável legal - CPF:

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: